

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAJES DAS FLORES**

*P. C. A.
Almeida*

ACTA N.º 5/2013

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2013

(CONTÉM 4 FOLHAS)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE:

Paulo Alexandre Almeida dos Reis

DEPUTADOS MUNICIPAIS:

Ofélia Maria Tavares Escobar Freitas
Nelson Deodato Valadão Furtado
Maria da Conceição Vieira Gomes
Hélio Manuel Avelar de Freitas
José Gabriel Freitas Eduardo
José da Silva Vieira
José do Espírito Santo Mendonça Câmara
Arménio Augusto Fernandes Carneiro
Celestino de Freitas Serpa
José Florentino Cabeceira Azevedo
José Garcia da Costa
José Celestino Linhares da Câmara
José Graciano Gomes de Freitas
Maria Lídia Fraga Rodrigues Oliveira
Verónica Marisa Alves Eduardo
Nélia Maria de Freitas Tenente Tavares
Aurélio Arlindo Freitas Serpa
Marco Paulo Gomes Oliveira
Bruno Filipe Freitas Belo

FALTAS:

António Carlos Vieira da Silva Goulart Avelar
Paulo Eduardo Avelar Rodrigues
Luís Manuel Fernandes Caramelo

Paulo Alexandre Almeida dos Reis

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAJES DAS FLORES

ACTA N.º 5/2013

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2013

----- Aos catorze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e treze, nesta Vila de Lajes das Flores, no Auditório Municipal, reuniu-se a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor Paulo Alexandre Almeida dos Reis, secretariada pelos Srs. Deputados Municipais Celestino de Freitas Serpa e Maria da Conceição Vieira Gomes. -

----- Procedeu-se à chamada, verificando-se estarem também presentes os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ofélia Maria Tavares Escobar Freitas, Nelson Deodato Valadão Furtado, Hélio Manuel Avelar de Freitas, José Gabriel Freitas Eduardo, José da Silva Vieira, José do Espírito Santo Mendonça Câmara, Arménio Augusto Fernandes Carneiro, José Florentino Cabeceira Azevedo, José Garcia da Costa em substituição de Paulo Eduardo Avelar Rodrigues José Celestino Linhares da Câmara, José Graciano Gomes de Freitas, Maria Lídia Fraga Rodrigues Oliveira, Verónica Marisa Alves Eduardo, Nélia Maria de Freitas Tenente Tavares, Aurélio Arlindo Freitas Serpa, Marco Paulo Gomes Oliveira e Bruno Filipe Freitas Belo.-----

----- Não compareceram os Srs. Deputados Municipais, António Carlos Vieira da Silva Goulart Avelar, José Celestino Linhares da Câmara, cujos pedidos de justificação deram entrada, bem como o do Sr. Deputado Paulo Eduardo Avelar Rodrigues que foi substituído pelo Sr. José Garcia da Costa. Não compareceu também o Sr. Presidente da Junta da Lajes, Luís Manuel Fernandes Caramelo.-----

----- Sendo catorze horas o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião. ----

----- Deu entrada um requerimento da Sra. Deputada Municipal por inerência de funções, por ser Presidente da Junta de Freguesia da Fajã, solicitando a sua passagem a deputada independente deixando assim de estar integrada na bancada do grupo municipal do PSD. -----

ORDEM DO DIA

TRIBUNAL DE CONTAS – EMPRÉSTIMO BANCÁRIO

----- Para efeitos de obtenção do visto do Tribunal de Contas ao processo de empréstimo submetido e aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal nas reuniões ordinárias celebradas a 30-07-2012 e 28-09-2012, respetivamente, torna-se necessário clarificar as condições pretendidas para o empréstimo, designadamente quanto à finalidade do mesmo, bem como quanto ao prazo e condições de remuneração. -----

----- Assim sendo o Sr. Presidente da Câmara propõe que o elenco camarário e a Assembleia Municipal deliberem sobre a contratação do empréstimo nos seguintes termos: -----

----- Finalidade – fazer face a despesas referentes à Empreitada de Construção do Museu das Lajes das Flores, obra que já se encontra a decorrer e a bom ritmo. -----

----- Prazo – 10 anos, de acordo com o contrato de empréstimo da Caixa Geral de Depósitos que se anexa, e que faz parte integrante do procedimento para a contratação do referido empréstimo que teve o seu início com a apresentação da proposta subscrita por mim e datada de 25 de julho de 2012. -----

----- Condições de remuneração – empréstimo de dez anos com dois anos de carência de capital à taxa de juro Euribor 6M e spread de 6,25%. Pagamentos em trinta e duas prestações trimestrais. -----

----- Propõe ainda que seja aditada esta deliberação às deliberações anteriores e que sejam remetidas à Caixa Geral de Depósitos, para cumprimento do proposto no ponto dois do ofício 378-UATI/FP de 18-03-2013 do Tribunal de Contas. -----

----- Assim e segundo o artigo 38º nº 8 da Lei das Finanças locais que refere “ sempre que para efeitos da celebração de um contrato de empréstimo se mantenha ao longo de dois ou mais mandatos, deve aquele ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos Membros da assembleia Municipal em efetividade de funções” pelo que se recoloca novamente á votação.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra começando por pedir desculpas aos presentes considerando que este é um processo que se arrasta há sensivelmente um ano, mas o Tribunal de Contas tem ido solicitando novos elementos instrutivos do referido processo, sendo que este último, como já foi referenciado, necessita da aprovação da maioria dos Srs. Deputados Municipais em efetividade de funções, salientando de novo a importância do referido empréstimo para o concelho, uma vez que existem várias obras em curso mas é necessário dinheiro para custear as partes não financiadas pelos Fundos Comunitários, mesmo tendo um bom fundo de maneio, o Sr. Presidente da Câmara salientou que se o empréstimo não for aprovado, vai trazer grandes dificuldades. -----

----- O Sr. Deputado Municipal José Gabriel Eduardo interveio dizendo que este é um assunto que se arrasta há algum tempo e sempre teve da bancada do PS a recetividade sempre como todos os documentos que ao longo do tempo foram presentes a esta Assembleia Municipal, sempre conduzidos de forma a nunca impedir que a Câmara Municipal funcionasse, fizemos algumas reservas em relação a algumas coisas, criticando por um lado, dando sugestões algumas aceites e outras não, mas sempre viabilizaram todos os documentos e, fez questão de afirmar que não é à nossa conta que o concelho parou. Entretanto há coisas que preocupam porque sempre se falou na boa condição financeira da autarquia. O Plano e Orçamento para o corrente ano foi viabilizado com a abstenção do grupo parlamentar do Partido Socialista.-----

----- Relembrou ainda que no texto da ata da reunião ocorrida no dia 29 de Setembro de 2012 quando o Sr. Presidente da Câmara fez uma explanação sobre esse assunto, os documentos foram aprovados com a abstenção do Grupo Parlamentar do PS, tendo o Sr. Presidente da Câmara dito estar satisfeito com o resultado da votação. -----

----- O Sr. Deputado Municipal José Gabriel adiantado que é do conhecimento geral que esta é a única Câmara dos Açores que no último ano aumentou a sua dívida de cerca de um milhão e setecentos mil euros, para cerca de dois milhões e trezentos mil euros, existindo há um ano a esta parte, um saldo de balancete de um milhão de euros e atualmente passou para um valor entre os quatrocentos/quinhentos mil euros.-----

P.L.N.
J. Gabriel

----- O Sr. Presidente da Câmara disse recordar-se ter dito estar satisfeito com o resultado da votação, no entanto, como mais tarde se veio a verificar, seria necessário a maioria absoluta, o que veio alterar tudo, pelo que os mesmos documentos voltaram novamente à Assembleia Municipal, se não passar, isto não é pessoal é do concelho, acrescentando que alguém virá atrás para julgar. No que se refere ao saldo do balancete estar mais baixo é real, mas só pessoas de má-fé é que podem dizer que o nosso endividamento aumentou, porque assim sendo só se deve ao facto das faturas que estão por pagar apresentadas pela Somague e Tecnovia referente aos Fundos Comunitários de onde nos falta ainda ir buscar muito dinheiro.

----- Assim e por todas as razões exposta o Sr. Deputado Municipal José Gabriel Eduardo adiantou que a posição da Bancada do Grupo Municipal do PS mantem-se da mesma forma, ou seja pela abstenção na votação dos documentos em discussão. -----

----- Acrescentou que o grupo municipal do PS sempre esteve aberto ao diálogo, e como líder do mesmo não foi contactado pelo Sr. Presidente da Câmara e, até quem sabe poderia ter-se chegado a um acordo.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse se existir disponibilidades dos líderes das bancadas e do Sr. Presidente da Assembleia, interromper a reunião, para existir uma tentativa de diálogo. O Sr. Presidente da Câmara disse ter contactado com o Sr. Presidente da Assembleia nesse sentido, concordando que o deveria ter feito junto ao líder da bancada mas pensou ter feito o necessário.-----

----- Neste contexto o Sr. Deputado Bruno Belo disse que os números referidos pelo Deputado José Gabriel Eduardo estão corretos, no entanto estão a esquecer-se que foi liquidado um empréstimo bancário logo como consequência subiu a dívida aos fornecedores dado o volume de obras em execução.-----

----- O Sr. Deputado Municipal José Gabriel disse já ter dado a posição da sua bancada e mais uma vez salientou que não existiu procura de diálogo.-----

----- Antes de ser colocada à votação o Sr. Deputado Municipal Bruno Belo pediu um intervalo. -----

----- Para o efeito, foi concedido pelo Sr. Presidente da Assembleia um intervalo de 5 minutos, contestado pelo Sr. Deputado José Gabriel que diz ser contra o Regimento da Assembleia Municipal, no entanto acata a posição do Sr. Presidente da Assembleia.-----

----- Passado os cinco minutos de intervalo o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação os documentos em questão foram aprovados pelo grupo parlamentar do PSD e o voto do Sr. Deputado Independente Aurélio Serpa. -----

----- Verificou-se a abstenção do grupo parlamentar do PS e da Sra. Deputada Independente Maria Lídia Rodrigues Oliveira.-----

----- Como declaração de voto, o Sr. Deputado Municipal José Gabriel esclareceu que sempre tem estado abertos ao diálogo antes de qualquer reunião, conversas institucionais e não particulares e, com todo o respeito pelo Sr. Presidente da Assembleia, que é um mero orientador dos trabalhos, tal como no futuro outros assumirão essas funções, como líder de grupo municipal deveria ter sido contactado tal como em outras alturas que interveio a favor de algumas Juntas de freguesia do PS que estavam a ser oprimidas no âmbito das Delegações de Competências.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara desafiou as Juntas Presentes a confirmar esta afirmação, acabando a sua intervenção dizendo que no que se refere à Junta de

Freguesia do Mosteiro e Fajãzinha “ fechou os olhos” porque muitas das despesas apresentadas não se referiam às Delegações de Competências.-----

----- Não houve intervenção do público. -----

----- Seguidamente foi aprovada por unanimidade, e em minuta, a referida ata, para efeitos de execução imediata.-----

----- **ENCERRAMENTO:** Assim, não existindo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente desta Assembleia declarou encerrada a reunião. Eram 15 horas e 10 minutos. Da mesma se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e posta à discussão e votação será assinada pelo Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal e por mim, Eugénia Lima, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal, que a redigi e escrevi. -----

O Presidente,

A Secretária,